



MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA

LEI Nº 4.031.

DE 12 DE MARÇO DE 2024.

Publicado e afixado no placar, conforme disposição da Lei Orgânica do Município de Goianésia, em 12/03/2024

JOSÉ SALVINO DE MENEZES
Secretário da Casa Civil

“Autoriza o chefe do Executivo a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel que especifica e a celebrar contrato com a Igreja Evangélica Ministério Filadélfia e dá outras providências”.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA**, Estado de Goiás, aprova e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar Concessão de Direito Real de Uso à Igreja Evangélica Ministério Filadélfia, inscrita no CNPJ sob o nº 45.015.065/0001-49, com sede na Rua Maria Silva, nº 37-A, Bairro Santa Luzia, CEP 76.380-226, nesta cidade, e ao mesmo tempo celebrar o devido contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com fundamento no Decreto Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, no artigo 99, § 1º, da Lei Orgânica do Município, e nas disposições aplicáveis à espécie previstas na Lei nº 14.133/21, sendo objeto do pacto o seguinte terreno:

I - “APM 10 (quadra 21), localizada no Residencial Paulo Dias, com a área de 313,02 m2, chanfrado de 1,77 metros, tendo 13,00 metros de frente pela Rua 07-A, dividindo-se: do lado direito por 45,06 metros com o Bairro Dona Fiica e do lado esquerdo por 44,00 metros com os lotes 09 e 11”, constantes do registro imobiliário R-5-19.829 no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas desta comarca, avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, nomeada pelo Decreto nº 6.653, de 03 de janeiro de 2017, pela importância de **RS 80.000,00 (Oitenta Mil Reais).**

§ 1º A área de terreno descrita no inciso I, será utilizada pela Concessionária para fins de construção de templo religioso e de um Centro Social, com a implantação de projetos de cunho assistencial/social visando atendimento da população residente naquela localidade.

§ 2º Na ocorrência de desvio de finalidade na utilização do terreno, opera-se a imediata resolução da concessão, retornando o imóvel à posse do Município de Goianésia, com suas acessões e benfeitorias, sem direito a indenização.

Art. 2º A concessão de direito real de uso será efetivada mediante a celebração de contrato específico, no qual serão estabelecidas as condições da avença.

Art. 3º A concessão de que trata esta Lei é pessoal e intransferível, salvo quando houver prévia e expressa autorização do Município Concedente.

Art. 4º O prazo da concessão de direito real de uso, que tem caráter gratuito, será de 20 (vinte) anos, contado da data de celebração do contrato, podendo ser prorrogado,



MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA

sucessivamente, por igual período, mediante termo aditivo, quando houver interesse público devidamente caracterizado através de expressa motivação.

Art. 5º A Concessionária responderá pelos encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei.

Art. 6º Fica reservado ao Concedente o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as obras e instalações a serem edificadas pela Concessionária, no imóvel referido no inciso I do art. 1º desta Lei, cuja construção deverá ser iniciada dentro do prazo improrrogável de até 02 (dois) anos, a contar da data de assinatura do contrato administrativo de Concessão de Direito Real de Uso, sob pena de reversão da posse do imóvel ao Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goianésia (GO), em 12 de Março de 2024.
71º de Goianésia e 136º da República.



LEONARDO SILVA MENEZES
Prefeito